



PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU/PR

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024

EDITAL Nº 02/2024 – RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA

O Município de Foz do Iguaçu/PR, por este Edital, torna pública a presente retificação do Concurso Público Nº 01/2024, conforme segue:

1. Altera-se, no ANEXO II – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO, o período para impugnação do Edital de Abertura e inclui-se o Período de Entrega do Exame Toxicológico, passando a ser conforme segue e não como constou:

ANEXO II – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	
PROCEDIMENTOS	DATAS
Período para impugnação do Edital de Abertura	04/03 a 06/03/2024
INVESTIGAÇÃO SOCIAL	
Período de Entrega do Exame Toxicológico (Sedex ou Presencial)	23/05 e 24/05/2024

2. Altera-se no item 11. INVESTIGAÇÃO SOCIAL, no subitem 11.3, as alíneas referentes a entrega dos documentos para a realização da etapa, passando a ser conforme segue e não como constou:

11.3 Para entrega dos documentos citados nas alíneas “a” até “s” do item 11.2, os candidatos deverão realizar as etapas descritas abaixo:

(...)

3. Complementa-se, no item 11. INVESTIGAÇÃO SOCIAL, no subitem 11.4, a forma de entrega do Exame Toxicológico, passando a ser conforme segue e não como constou:

11.4 Para entrega do Exame Toxicológico, alínea “p”, os candidatos deverão encaminhar **por Sedex ou entregar presencialmente** o laudo original ou cópia autenticada, para a sede da FUNDATEC – Rua Prof. Cristiano Fischer, 2012, CEP 91530-034, Porto Alegre – RS.

(...)

4. Retifica-se no Anexo ANEXO IX – PROGRAMAS – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS, o Conteúdo Programático, passando a ser conforme segue:

ANEXO IX – PROGRAMAS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PROGRAMA: 1. Direitos Humanos e Cidadania. 2. Estatuto da Criança e do Adolescente (disposições preliminares, nos artigos 1º ao 6º, da prática do ato infracional art 103º ao 109º, do conselho tutelar dos artigos 131º ao 137º, dos crimes artigos ~~125º~~ **225º** ao 244º b). 3. Estatuto do Idoso. 4. Lei Maria da Penha. 5. Direito Penal: crime, contravenção penal, licitude e culpabilidade, espécies de crime: dos crimes contra a pessoa, dos crimes contra o patrimônio, dos crimes contra os costumes, dos crimes contra a saúde pública, dos crimes contra a administração pública. 6. Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019 - dos artigos 3º ao 6º). 7. Sistema Nacional de Armas. 8. Lei antidrogas. 9. Direitos do consumidor. 10. Código de Trânsito Brasileiro. 11. Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei nº 13.022/2014). 12. Gestão integrada de fiscalização e segurança urbana. 13. Videomonitoramento: função, atribuição, competência da guarda municipal. 14. Sistema Único de Segurança Pública (Lei nº 13.675/2018). 15. Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei Federal nº 9.099/1995 - Art. 60 e seguintes). 16. Lei de Contravenções Penais (Decreto Lei nº 3.688/1941). 17. Estatuto do Servidor (lei complementar 17/1993. 18. Constituição da República Federativa do Brasil (artigos dos 1.º, 5º, 37º, 38º e 144º), 19. Criação da corregedoria e ouvidoria,). 20 Código Penal (artigos do 1 a 6, do artigo 13º ao 19º, 23º ao 25º, 121º ao 129º do 146º ao 150º, do 155º ao 159º e do 312º ao 327º).

Foz do Iguaçu, 04 de março de 2024.

Franciele Garbin Pinzan Oliveira

Presidente da Comissão Especial de Concurso Público 001/2023

Portaria nº 77.813/2023